



IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

INTELECTUAIS NEGROS E REFORMAS SOCIAIS: PENSAMENTO E PROJETOS EDUCACIONAIS DO PROFESSOR ANDRÉ PINTO

Alessandra Frota M. de Schueler

alefrotaschueler@gmail.com

Rebeca Natacha de Oliveira Pinto

rebecanatacha@gmail.com

(UFF)

Resumo

O presente trabalho integra uma investigação, em andamento, sobre os projetos de educação e de reformas sociais em disputa no processo de abolição e pós-abolição na cidade do Rio de Janeiro, veiculados por destacados intelectuais negros atuantes no período, muitos dos quais imersos na luta abolicionista e nos movimentos republicanos. No caso específico desse texto busca-se analisar as concepções e propostas do intelectual André Rebouças (1838-1898) acerca da educação, privilegiando dois suportes de escrita ou fontes documentais: a) o livro “Agricultura Nacional Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática”; b) as notas autobiográficas, publicadas em “Diário e Notas autobiográficas”, nas quais o autor constrói uma narrativa de si, registrando apontamentos sobre suas experiências de vida, formação, acesso às letras, conflitos pessoais e profissionais, convicções e projetos sociais e políticos. Para analisarmos a narrativa de si de André Pinto Rebouças, pensamos o conceito de biografia no sentido proposto por Jacques Revel, no qual a narrativa biográfica pode ser vista como uma espécie de brecha de acesso às experiências sociais e processos históricos de um determinado contexto. A trajetória de um indivíduo permitiria recompor e pensar questões mais gerais, relativas a relações familiares, de formação escolar/acadêmica, a estratégias de socialização e de ação no mundo. O uso do termo intelectual está aqui sendo apropriado para caracterizar a atuação de André Rebouças, por meio de sua produção escrita e suas redes de sociabilidade. Temos em vista deslocar o eixo da observação histórica das instituições para a experiência dos sujeitos, que atuaram na constituição de projetos políticos e educacionais para os negros naquele contexto. Seguindo a orientação metodológica sugerida por Hebe Mattos, utilizamos a designação negro em sentido contemporâneo, conforme o termo tem sido construído pelos movimentos negros no Brasil, como marca da escravidão e da origem africana e de reivindicação identitária. Isto não significa que ignoramos o fato de que as designações de cor estiveram sujeitas às clivagens sociais, às desigualdades e às hierarquias da sociedade escravista. Como resultados parciais, ressaltamos que a trajetória de André Rebouças nos evidencia que, apesar da violência da escravidão, das discriminações raciais e das interdições legais à escolarização de escravos e libertos ao longo dos Oitocentos, os negros estiveram presentes na disputa entre os vários projetos políticos por educação e reformas sociais na segunda metade do século XIX, que visavam reconstruir a nação e reinventar o Brasil.

Palavras-chave: Intelectuais negros. Reformas sociais. Educação. Biografia. Abolição/Pós-Abolição.

O homem, em ligação com a vida geral da humanidade, aparece submetido às leis que regem esta vida. Mas o mesmo homem, independente deste laço, aparece como livre. Como a vida passada dos povos e da humanidade deve ser considerada, como produto da atividade livre ou dirigida dos homens? Eis o problema da história. (Tostó, 1974, p.758)





Introdução

O presente trabalho integra uma investigação, em andamento, sobre os projetos de educação e de reformas sociais em disputa no processo de abolição e pós-abolição na cidade do Rio de Janeiro (1870-1910), veiculados por destacados intelectuais negros atuantes no período, muitos dos quais imersos na luta abolicionista e nos movimentos republicanos. Atuando em sociedades e associações abolicionistas, beneficentes, operárias ou de auxílio mútuo e, com grande repercussão, na imprensa e no jornalismo, intelectuais negros disputaram e veicularam projetos de reformas sociais, incluindo a educação de negros, escravos, livres e libertos. Participaram e contribuíram nas lutas pela elaboração de políticas de inserção dos negros no processo de abolição e pós-abolição, num contexto de reorganização do trabalho, de efervescência dos debates sobre *república, raça, nação e cidadania*. Momento no qual a questão educacional se destacava como bandeira presente em vários projetos de Brasil em disputa (SCHUELER, 2011).

No caso específico desse texto busca-se analisar as concepções e propostas do intelectual André Pinto Rebouças (1838-1898) acerca da educação, privilegiando dois suportes de escrita ou fontes documentais: a) o livro “Agricultura Nacional Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática”; b) as notas autobiográficas, publicadas em “Diário e ***Notas autobiográficas***”, ***nas quais o autor constrói uma narrativa de si, registrando apontamentos sobre suas experiências de vida, formação, acesso às letras, conflitos pessoais e profissionais, convicções e projetos sociais e políticos.***

O uso do termo intelectual está aqui sendo apropriado, como fez Sirinnelli (2003), para caracterizar a atuação de André Rebouças no processo de abolição e no pós-abolição, por meio de sua produção escrita. Temos em vista deslocar o eixo da observação histórica das instituições para a experiência dos sujeitos, que atuaram na constituição de projetos políticos e educacionais para os negros naquele contexto. Para a investigação das experiências destes intelectuais negros e sua atuação na cidade, importa a utilização do instrumental de análise que considera a constituição de variados grupos e níveis de intelectuais em espaços distintos e plurais de sociabilidades, formais ou informais.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Seguindo a orientação teórica sugerida pela historiadora Hebe Mattos, optamos por utilizar a designação **negro** em sentido contemporâneo, conforme o termo tem sido construído pelos movimentos negros no Brasil, como marca da escravidão e da origem africana e de reivindicação identitária (Mattos, 2009, p.34). Isto não significa que ignoramos o fato de que as designações de cor estiveram sujeitas às clivagens sociais, às desigualdades e às hierarquias da sociedade escravista, o que implica em considerar e interpretar, no processo de pesquisa, as várias designações de cor historicamente em disputa.¹

De acordo com a autora, a categoria *pardos* foi construída no final do período colonial, e abrangia mais do que mulatos e mestiços (estes últimos ligados à ascendência africana). Surgiu no momento em que já havia uma enorme população afrodescendente livre, a qual não se enquadrava mais no estatuto de escravo ou liberto:

A emergência de uma população livre de ascendência africana – não necessariamente miscigenada, mas dissociada, há algumas gerações, da experiência do cativo – consolidou a categoria *pardo livre* como condição lingüística para expressar a nova realidade, sem que recaísse sobre ela o estigma da escravidão, mas também sem que se perdesse a memória dela e as restrições civis que implicava. Pardo livre assinalará para a ascendência africana, assim como cristão-novo assinalava para origem judaica: era, portanto, condição de diferenciação em relação à população escrava e liberta, e também de discriminação em relação à população branca; expressão da mancha de sangue”. Já *negro* e *preto* foram termos usados mais comumente para designar escravos e forros recentes, até o avançar do séc. XIX (MATTOS, 2002, p. 14-15).

As designações de cor e as representações sobre a raça foram construídas historicamente, atravessadas pelas ambigüidades jurídicas e sociais e pela diversidade da experiência dos negros no Brasil escravista. Ao mesmo tempo, *coisa e pessoa*, no caso do escravo, tais ambivalências se expressavam, evidentemente, no âmbito das relações sociais cotidianas e desencadeavam indefinições e tensões permanentes em toda a hierarquia social. Nas grandes cidades do Império,

¹ Segundo Mattos (2002, p. 23), em meados do século XIX, a simples tentativa de introduzir da categoria “cor” nas primeiras experiências de recenseamento da população imperial gerou protestos generalizados. Um primeiro regulamento para instituição do registro civil de nascimento e óbito (1850) gerou revoltas armadas em vários municípios do Nordeste, baseadas na crença de que o regulamento - apelidado de “Lei do Cativo” - teria por objetivo escravizar a “gente de cor”.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

escravos e escravas *ao ganho*, alugados (as) ou cedidos (as) pelos senhores para a prestação de serviços a terceiros, realizavam negócios cotidianos (de compra, venda, troca), adquiriam propriedades e pecúlio, realizavam testamentos, deixavam legados e heranças. Muitas vezes, *viviam sobre si*, isto é, eram obrigados a se sustentar e a residir por conta própria, para além das jornadas que deviam aos senhores. Sentiam na própria pele a condição precária e contraditória de ser *coisa e pessoa*, simultaneamente, objeto e sujeito de direitos.

Ao longo do século XIX, com a progressiva intervenção do Estado nas relações senhor/escravo, por intermédio de uma série de leis e mecanismos judiciais que visavam regular a matéria, estas tensões se acirrariam. Na justiça, a partir de 1870, não foram incomuns as chamadas Ações de Liberdade, movidas por escravos, por intermédio de advogados e rúbulas, muitos dos quais negros e pardos, simpatizantes da causa abolicionista, buscando a aquisição da alforria ou a comprovação da ilegalidade de seu cativeiro, por terem nascido de ventre livre ou por já terem sido alforriados. Estes mecanismos tornavam fluidos e tensos os lugares sociais, trazendo ambigüidades não apenas para os escravos, mas também para os negros livres e libertos.

Para analisarmos a narrativa de si de André Pinto Rebouças, pensamos o conceito de biografia no sentido proposto por Jacques Revel (1998), na qual pode ser vista como uma espécie de brecha de acesso às experiências sociais e processos históricos de um determinado contexto. A trajetória de um indivíduo permitiria recompor e pensar questões mais gerais, relativas a relações familiares, de formação escolar/acadêmica, a estratégias de socialização e de ação no mundo. Adriana Barreto de Souza nos revela que este tipo de estratégia analítica proporcionou uma renovação na história social, num intenso dialogo com a antropologia. Souza propõe que é num jogo inter-relacional, que se fundamenta a concepção de biografia:

Os lugares por onde um personagem circulou, o modo como agia em relação às pessoas e o que decidia, lhe permitiam dar continuidade, reelaborar ou romper com relações herdadas, além de lhe dar a chance de tecer novas alianças... Cada indivíduo acha-se inserido em redes de dependência, estando sujeito às contingências da experiência. Essas redes constituem uma conduta – como modo de articular e expressar interesses, aspirações e sentimentos – e engendram práticas concretamente negociadas frente a um campo de possibilidades. Daí também a rediscussão do conceito de contexto. O contexto é sempre o lugar por excelência de um jogo relacional onde a ação de sujeitos históricos efetivos,





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

agindo, é capaz de propor encaminhamentos que a priori não estariam dados. (SOUZA, 2007, p.32)

Estudar biografias e trajetórias de vida implica também reconstruir, trazendo à tona a percepção de Pierre Bourdieu, a “estrutura da rede” na qual este indivíduo está inserido e age. Isto nos ajuda a nos manter alerta, do ponto de vista teórico-metodológico, para os perigos e as armadilhas da “ilusão biográfica”. Seguindo as propostas do sociólogo, compreendemos que, ao estudar as biografias, devemos estar atentos para afastarmos a construção de uma cronologia unidirecional, a criação de um “eu” coerente e constante, com um “destino manifesto”. É preciso considerar que as ações, escolhas possíveis, decisões, permanentes mudanças e deslocamentos de um indivíduo, nos dão a dimensão da complexidade dos condicionamentos da experiência, da pluralidade dos campos de possibilidades e contextos móveis existenciais, e percepção de que conflitos e tensões caracterizam, não apenas a trajetória de um sujeito histórico, mas o próprio movimento da história. Nesse viés Giovanni Levi defende que a narrativa biográfica seja analisada de forma “mais indireta do que direta”, pois *“trata-se de um meio eficaz de constituir uma narrativa que dê conta dos elementos contraditórios que constituem a identidade de um indivíduo e das diferentes representações que dele se possa ter conforme os pontos de vista e as épocas”* (LEVI, 1996, p.170).

Carlo Ginzburg também nos ajuda a pensar o estudo de biografias, afirmando que o olhar para estas construções narrativas deve ser no sentido de reconstrução dos contextos móveis, compreendendo-os como *“campo de possibilidades historicamente delimitadas”* (GINZBURG, 1989, p.183). Benito Bisso Schmidt também adverte que *“devemos adotar estratégias narrativas que estabeleçam uma permanente tensão entre o personagem e os constrangimentos/possibilidades de sua época”* (SCHMIDT, 2004, p.137). Assim, o historiador deve levar em conta o espaço da experiência individual, singular, o espaço da liberdade individual, da *agency*, diante dos grandes sistemas normativos que a envolvem e constituem a experiência social (THOMPSON, 1981).





André Rebouças: Trajetória Biográfica E Propostas Educacionais

Com essas ferramentas teórico-metodológicas, iniciamos o estudo sobre a trajetória de André Pinto Rebouças como intelectual e educador, defensor de projetos de reformas sociais e educação nos anos de 1870 a 1898. Incluía-se entre os intelectuais que pensaram a inclusão social do negro no Brasil no processo de abolição e no pós-abolição. Suas vivências como engenheiro, professor e abolicionista mesclaram-se, dando forma aos seus projetos de organização para o Brasil. Uma vez que, para ele, além da libertação dos cativos, era preciso promover a educação e sua inserção nos projetos de reconstrução da nação. Suas propostas estiveram pautadas na conjugação da reforma agrária e da reforma da educação, vinculadas às modernas ideologias de desenvolvimento do trabalho e do progresso.

André Pinto Rebouças nasceu em 13 de janeiro de 1838, na cidade de Cachoeiras, província da Bahia. Em 1846, a família migrou para o Rio de Janeiro, em função da eleição de Antonio Pereira Rebouças, pai de André, para o Parlamento do Império. Andrea Santos Pessanha, em seu livro “Da Abolição da Escravatura à Abolição da Miséria: a vida e as idéias de André Rebouças”, afirma que foi na capital do Império, com então oito anos de idade, que Rebouças iniciou sua formação escolar. Kursou o ensino elementar no Colégio de Camilo Tertuliano Valderato, no Campo de Santana. Em 1849, estudou no Colégio Kôpke em Petrópolis, dedicando-se ao aprendizado do inglês, do francês, do grego e do latim. Afirma Pessanha que, ao lado do irmão, Antônio Pereira Rebouças Filho, preparou-se para os concursos da área militar, sendo recusado na Escola da Marinha. Para autora, é possível que este impedimento tenha se dado por uma questão de preconceito racial. Aprovado na Escola Militar e de Aplicação do Exército, Rebouças recebeu, em 1860, o grau de Engenheiro Militar.

Após a conclusão do curso de engenharia, Rebouças viajou a Europa, sendo integrante da Comissão Especial Brasileira para Exposição Internacional de 1862, em Londres, com o intuito de aperfeiçoar os conhecimentos de Engenharia. Visitou instituições de ensino, fábricas, ferrovias e portos. No retorno ao Brasil, envolveu-se em vários projetos em diferentes regiões do Brasil, entre os quais se destacam a reforma dos portos, fortalezas, construção de ferrovias, melhoria no





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sistema de abastecimento de água e nos serviços de esgoto. No final do mesmo ano, retornou ao Rio de Janeiro, e posteriormente, alistou-se no corpo de Voluntários da Pátria, na Guerra do Paraguai, fazendo parte da Comissão de Engenheiros do Exército na condição de tenente. Em maio de 1866, contudo, Rebouças foi internado na Argentina, com pneumonia, e foi afastado da Guerra. Nos anos que se seguiram, voltou a dedicar-se a projetos que, a seu ver, propiciariam o progresso econômico e social do país. Temas como progresso, civilização e modernização eram constantes e interdependentes nos seus discursos e questionamentos sobre o futuro da nação.

Rebouças foi um importante engenheiro na segunda metade do século XIX, mas é sua atuação como abolicionista e professor na Escola Politécnica do Rio de Janeiro que desperta nossa maior atenção neste trabalho. No meio das dificuldades de realização de projetos, lamentava os obstáculos que encontrava para contribuir com o desenvolvimento do país, afirmando, nestes casos, em seu “Diário e Notas Autobiográficas”, que o professorado era sua real vocação (REBOUÇAS, 1938, p. 181-182). André Pinto Rebouças teve ligações com a Escola Politécnica e com o Clube de Engenharia. Na primeira, ingressou em 1867, neste período denominava-se Escola Central – atual UFRJ – e lecionou Cálculo, Botânica, Zoologia, Estatística, Arquitetura, Construção e Resistência dos Materiais. Do Clube de Engenharia, fundado em 1880, foi sócio com artigos técnicos publicados na revista do Instituto.

A Escola Politécnica, afirma Andréa Pessanha (2005), foi criada com a intenção de formar uma equipe de profissionais em engenharia civil, habilitada para sanar as deficiências urbanísticas da capital do Império. Seus alunos e professores constituíam a base intelectual para a formação do Clube de Engenharia. As sessões deste tiveram como meta a transformação da cidade do Rio de Janeiro numa cidade higienizada, produtiva, moderna. Sua fundação significou a formalização de ideologias civilização, da modernidade e do progresso articulados à ciência e a indústria.

Para este importante intelectual negro, o progresso pode ser resumido na “transformação da atual lavoura escravagista, esterilizadora e rotineira em indústria agrícola livre, fertilizadora e progressista” (REBOUÇAS, 1988, p. 144). Para essa transformação social, seria necessário o investimento em educação e instrução, teórica e prática, a fim de estimular o trabalho e trazer o progresso, melhorando incessantemente a terra e os seus produtos, aperfeiçoando o trabalhador pelo seu próprio bem estar e pela moralidade. Rebouças norteia estes pontos como princípios





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

basilares para o progresso da nação. Argumentava pela urgência da reforma no pensamento econômico brasileiro:

Necessitamo-nos de instrução e capital. E como não é possível construir escolas, comprar livros e pagar mestres sem capital, é preciso resolver simultaneamente o problema do capital e o problema da instrução: não se pode ensinar a ler quem tem fome! É preciso capital para instrução, e capital para a indústria. É preciso dar simultaneamente ao povo – instrução e trabalho. Dar instrução aos brasileiros para que eles conheçam perfeitamente toda a extensão de seus direitos e de seus deveres: dar-lhes trabalho para que eles possam ser realmente livres e independentes! Repitamos: é necessário, é urgente, é indispensável educar esta nação para a agricultura, para o comércio, para o trabalho em uma só palavra! Deve ser esse o principal escopo de todo esse Império. (REBOUÇAS, 1988, p. 284)

A educação, para André Pinto Rebouças, seria primordial para os negros na construção de uma trajetória de elevação intelectual, moral e cultural. Evidentemente, sonhava-se com os padrões da civilização ocidental, etnocêntrica, capitalista e liberal. Segundo ele, “o alfa de toda reforma é a educação”, pois o ensino configurava-se num dos principais caminhos de ascensão social. Representava “a competição individualista da carreira aberta ao talento” (REBOUÇAS, 1988, p. 357). Andréa Pessanha afirma que o pensamento deste importante engenheiro, professor e abolicionista, constituía-se em favor do mérito, da competência, do esforço em detrimento dos critérios calcados no nascimento e na proteção (PESSANHA, 2005, p.134).

Rebouças foi defensor da educação técnica e agrícola para aqueles que exerciam atividades no meio rural, tratando criticamente a tendência a uma educação para o serviço público e burocrático. Pregava o ensino prático articulado às necessidades imediatas dos alunos. No caso, defendia que os indivíduos provenientes do campo não deveriam voltar suas atenções para as ostentações da vida urbana, e sim deveriam receber uma formação técnica, preocupada em melhorar a produtividade agrícola das fazendas de seus pais. O bacharelismo, predominante entre as elites brasileiras, fazia com que, segundo Rebouças, segmentos especializados se afastassem da agricultura. Segundo este:

[...] Esse moço é um ser perdido para a Agricultura. Educado em uma escola técnica, ele consideraria o engenho de seu pai como um precioso laboratório, como um campo de estudos, de melhoramentos, de aperfeiçoamentos e de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

reformas. Nas férias, partilharia o trabalho de seu velho pai: ajudá-lo-ia com as suas luzes; inspirar-lhe-ia o amor das reformas agrícolas; iria predispondo as mais fáceis, e preparando tudo para um futuro melhor. Mas para que? É melhor fazer discursos! Quando o velho pai morre, vende-se o engenho ou deixa-se entregue a um administrador. É tão cínica a vida do campo! É a melhor a vida das cidades; falar nos clubes, nas assembléias e por toda a parte: brilhar, ser aplaudido, ser deputado, ser ministro, fazer a paz e a guerra, dar leis ao mundo! (REBOUÇAS, 1988, p.357)

Segundo suas palavras, a sua pena agia em nome da modernidade da capital do Império. Para Rebouças, as “maravilhas mecânicas” do século XIX eram imagens sublimes (PESSANHA, 2005, p. 43). Como um engenheiro de seu tempo, esteve voltado para as causas que, na sua perspectiva, poderiam gerar o progresso do país. Resulta daí sua ligação com os já citados projetos urbanísticos e a questão abolicionista. A autora salienta, ainda, que, os artigos que escreveu para a imprensa em defesa da abolição não estavam baseados em argumentos sentimentais e filantrópicos. Em seus textos, o aperfeiçoamento técnico, o desenvolvimento de métodos agrícolas, a estrutura da posse da terra, os cálculos matemáticos favoráveis ao trabalho livre encontravam-se fundamentados em ampla bibliografia e experiências observadas de suas viagens ao exterior, especialmente à Europa e aos Estados Unidos da América.

Na sua concepção, a abolição da escravidão deveria ocorrer paulatinamente à adoção de medidas que possibilitassem a imigração europeia, a valorização do trabalho, da educação e da constituição da pequena propriedade. Para este intelectual, apenas o término da instituição escravista não colocaria o Brasil no caminho do “progresso” e da “civilização” e não melhoraria o destino dos negros, que viveram três séculos de cativeiro.

Desde a década de 1880, envolveu-se em ações visando a eliminação do cativeiro e a emancipação social dos libertos. Essa atuação pode ser vista em seu livro “Agricultura Nacional, Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática”, no qual apresentava sérios questionamentos à Lei do Ventre Livre² e ao tratamento concedido aos ingênuos, em virtude da não fiscalização da Lei no interior das fazendas. Para Rebouças:

² A Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, considerou liberto todo o filho de escrava nascido no Brasil desde a data de sua aprovação. Os ingênuos ficariam sob a autoridade dos proprietários de suas mães até os 8 anos. Ao completar esta idade, a criança poderia ser entregue ao Estado, desde que o proprietário recebesse uma





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Em matéria de emancipação uma lei falha e manca, triste e arrastadamente executada, e mais nada! Nas arcas do tesouro 4,000:000\$ do fundo de emancipação, por qualquer pretexto fiscal! Quatro mil homens ainda escravos por qualquer relaxação administrativa! Até hoje (1874, três anos depois!!) nem a mínima providência sobre a educação dos ingênuos e dos emancipados! (REBOUÇAS, 1988, p. 190)

Sua intensa participação na campanha antiescravista da cidade do Rio de Janeiro pode ser comprovada também pelo número de artigos publicados na imprensa, pela atuação na Sociedade Brasileira Contra a Escravidão, na Confederação Abolicionista, na Sociedade Central de Imigração e nos *meetings* abolicionistas. Nesse ponto, cabe lembrar as redes de sociabilidade no qual estava inserido, visto que foi um intelectual negro ativo na Campanha abolicionista, junto a José do Patrocínio, Vicente de Souza, Nicolau Joaquim Moreira, José Agostinho dos Reis, Muniz Barreto, José Américo dos Santos, Alfredo d'Escagnolle Taunay e Joaquim Nabuco. Era também muito próximo à monarquia e amigo pessoal do Imperador D. Pedro II, da Princesa Isabel e do Conde d'Eu.

Para nós, pesquisadores da História Social da Educação do Negro no Brasil, busca-se compreender quais projetos para o futuro da nação estavam sendo forjados, na busca por uma cidadania real – que não se pautava apenas na liberação do cativo. Em seu “Diário e Notas Autobiográficas” (1938), Rebouças anuncia que esta cidadania só seria alcançada através da instrução pública e da reforma agrária, somente assim, seria possível a verdadeira emancipação dos negros no Brasil. Do mesmo modo, a defesa surge no livro “Agricultura Nacional Estudos Econômicos: propaganda abolicionista e democrática”, afirma:

E o problema social máximo do século anuncia-se assim: “Educar os povos para serem soberanos”; “Educar os reis para serem cidadãos”. Tudo isto demonstra que é necessário educar a geração que cresce, para a agricultura, para a indústria, para o comércio, para o trabalho em uma só palavra! Até aqui a educação era meramente política. Saia-se da academia para os colégios eleitorais, e muitas vezes para as assembleias legislativas provinciais, e até para o parlamento

indenização de 600\$00, que equivalia ao preço médio do escravo. Havia a possibilidade também de o ingênuo permanecer prestando serviços até a idade de 21 anos, a fim de compensar despesas destinadas ao sustento e à alimentação.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

nacional. Daí essa repugnância geral para o trabalho produtivo. É preciso reformar tudo isso radicalmente, se não queremos ter a sorte da França ou da Espanha. (REBOUÇAS, 1988, p. 323)

Maria Alice Rezende de Carvalho, em seu livro “O Quinto século – André Rebouças e a construção do Brasil”, afirma que a viagem a Europa, em 1872, e aos Estados Unidos da América, em 1873, acrescentou um apurado senso de crítica social às observações de Rebouças como engenheiro (CARVALHO, 1998, p.193). A autora ainda aponta que a ida à América do Norte consolidou em Rebouças o ideal de realização de uma nação, uma vez que os Estados Unidos pautavam seu desenvolvimento na livre iniciativa, na educação e na modernização industrial. Esta aproximação com os estadunidenses, especialmente com os estados do Norte, se deu também em ideais filosóficos, como explicita Rebouças em seu livro “Agricultura Nacional”, discorrendo sobre um projeto de lei para o estímulo à indústria nacional:

[...] Assim, pois, cada fazenda central, cada engenho central, cada fábrica central terá suas escolas noturnas e de domingos, onde se ensinarão todos os elementos, necessários a educação e instrução do cidadão de um País realmente livre, e os princípios técnicos da especialidade a que ele destinar. Aí os meninos e os operários terão sempre diante da indústria hodierna, povoados de máquinas em movimento, erguendo-lhes o espírito, excitando-lhes a atividade, aguçando-lhes a inteligência, desenvolvendo-lhes o espírito inventivo, e sublimando-lhes incessantemente o coração até Deus, pela evidência de que há criaturas, que podem criar, como o Criador! Aí, sim, nós cremos que se educarão operários, artistas e cidadãos; que se formarão homens como Franklin, como Fulton, como Watt, como George Stephenson, estes sublimes, dignos de um País grande e livre; capazes de levar o Brasil ao apogeu que lhe foi destinado por Deus. [...] (REBOUÇAS, 1988, p. 374 e 375)

Nesta perspectiva, Andréa Pessanha chama nossa atenção para a leitura especial que Rebouças fez da realidade norte-americana. Apesar de sofrer várias passagens de discriminação racial – como, por exemplo, não conseguir um hotel sem a intervenção do Cônsul brasileiro, ou até mesmo não lhe ser servido alimento em restaurantes ou trens (REBOUÇAS, 1938, p. 245) –, a sociedade norte-americana não era, segundo ele, uma sociedade de privilégios. Na sua visão, constituía-se, sim, uma sociedade onde somente o trabalho coroava a ascensão e o reconhecimento social. A imagem romanceada, como ressalta Carvalho (1998), dos Estados





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Unidos parece suplantar um contexto em que existiam desigualdades e racismo (PESSANHA, 2005, p.44). Para André Rebouças, a nação brasileira deveria ser composta por brancos e negros, que seguiriam o caminho do aperfeiçoamento material, intelectual e moral. E nesta procura pelo aprimoramento, a atenção deveria centrar-se no trabalho e na educação, considerados instrumentos fundamentais para o desenvolvimento, a exemplo do que ocorreria nos Estados Unidos.

Paralelo a um discurso vinculado a questões de raça e às ideologias científicas sobre a inferioridade biológica de africanos e indígenas, encontra-se nos escritos de Rebouças a presença marcante de clássicas concepções do liberalismo. Estes podiam ser observados, por exemplo, salienta Pessanha, no ideal do *self-made-man*, que se materializava no desejo de ascensão e de reconhecimento social somente por meio de empenho individual, ou seja, do trabalho e do esforço. A autora ainda destaca o modelo que Rebouças considerava o ideal a ser adotado pelo Brasil:

O Americanismo, síntese do progresso sem padres e sem soldados; sem conventos e sem quartéis; da evolução humana feita pela Agricultura, Pela Indústria, pelo Trabalho e só pelo Trabalho; em tudo e por tudo, na consciência perfeita da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade; sem distinção alguma, além da produzida pelos talentos e virtudes. (D'ARAUJO, 1889, p.59)

Da mesma maneira que tencionava construir um Brasil modernizado, almejava que as relações de trabalho estivessem compatíveis com o desenvolvimento que planejava. Homem atento aos progressos materiais capitalistas, não poderia omitir-se do ponto principal da organização social brasileira no final do Oitocentos: a transição do trabalho escravo ao trabalho livre. Neste sentido, o olhar técnico do engenheiro que reformava a estrutura física da cidade expressava-se também, na lente do abolicionista que mirava a mão-de-obra livre como regime de trabalho ideal para a pátria que pretendia formar. As aspirações do engenheiro somavam-se a sua prática antiescravista e a campanha abolicionista.

Os escritos autobiográficos de Rebouças nos dão a dimensão de sua atuação como intelectual pela abolição no Rio de Janeiro. Foi um forte atuante neste movimento, escrevendo artigos em jornais cariocas, sendo redator das atas das “Conferências Abolicionistas”, na qual José





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

do Patrocínio, entre outros, eram oradores, e reivindicando vagas para livres e libertos em obras públicas que realizava como engenheiro. Suas percepções sociais e políticas se mantiveram em sua atuação como docente. Rebouças foi também muito atuante na Sociedade Emancipadora da Escola Politécnica e entre os alunos da Escola Politécnica, na organização e participações nas reuniões do grêmio estudantil, nas quais se discutia os caminhos para a emancipação dos negros e a arrecadação de fundos para o fim da escravidão. Em seu “Diário e Notas Autobiográficas” nos revela suas dificuldades para assumir o cargo de professor, para conseguir obras públicas devido a sua “qualidade mulata”, constatando as barreiras impostas aos “homens de cor”. De acordo com Rebouças, em seu “Diário e Notas autobiográficas”, em carta enviada ao Conde da Estrela, sua “qualidade mulata” era constantemente ressaltada pelos seus contemporâneos, sendo esta a imagem que ele também tinha de si mesmo, como *mulato*. (REBOUÇAS, 1938, p. 295).

Não obstante, como aponta Hebe Mattos, a cor no século XIX não se referia simplesmente à tonalidade da pele, definia lugares sociais. A cidade do Rio de Janeiro era extremamente plural. Escravos, libertos, imigrantes, brancos, mestiços e mulatos, circulavam nos mesmos espaços. Apesar de estar numa sociedade escravista, em que a cor era um elemento de diferenciação social, o aumento do número de alforrias, na segunda metade dos oitocentos, alargou a presença de homens de cor entre os livres. E neste contexto, ser livre não era necessariamente ser branco. Para Mattos, a inexistência do registro da cor, antes de se verificar como uma tentativa de embranquecimento, era um símbolo de liberdade e de cidadania na sociedade imperial (MATTOS, 2009, p. 103). Dessa maneira, compreende-se que por mais escura que fosse a pele de Rebouças, ele não seria tratado por negro ou preto, estes termos eram usualmente usados para se referirem a escravos – até mesmo pelo próprio Rebouças (PESSANHA, 2005, p. 47).

Resultados parciais da pesquisa

Embora já existam pesquisas que apontam indícios irrefutáveis da “ação negra” em prol da ampliação das próprias oportunidades de educação na sociedade brasileira oitocentista, há ainda muito a investigar, especialmente no que se refere às décadas finais do Império, o processo de abolição e o período imediatamente subsequente, o pós-abolição. Como argumentou Mattos, este





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

constitui um relevante problema histórico para os estudiosos (Mattos, 2009). A história das relações entre os negros e a educação - relações que implicaram complexos e contraditórios procedimentos de exclusão, de estranhamento e de esquecimento, mas que também implicaram em mecanismos de inclusão, de conquista, de resistência e de lutas pelo acesso -, permanece constituindo um dos grandes desafios.

Após a abolição da escravatura, a preocupação e a luta de Rebouças continuaram sendo favoráveis à educação, à fragmentação do latifúndio, à imigração europeia e à valorização do trabalho. Acrescentou às suas argumentações o tema da extinção da miséria – num contexto após a Lei Áurea – que, como já explicitado, deveria atingir majoritariamente a população negra. A presença de Rebouças nos jornais, após o fim da escravidão, defendendo a continuidade de seu projeto para o Brasil, indica que as reformas sociais, para segmentos que participaram da campanha abolicionista, não deveriam parar com o 13 de maio. Com a proclamação da República, Rebouças deixou o Brasil, acompanhando a família imperial. Após sua mudança para o exterior, ainda publicou alguns artigos na imprensa do Rio de Janeiro. Permaneceu um tempo em Portugal e depois passou a residir em Funchal, na Ilha da Madeira, onde veio a falecer, em 1898.

A breve análise aqui apresentada, referenciada na produção escrita desse intelectual negro, leva em conta o estudo de sua trajetória de vida, interesses, realizações na carreira, atividades públicas, na medida em que são relações que se desdobram na pluralidade e na complexidade das lutas sociais das populações negras no processo de abolição e pós-abolição. Compreende-se que a autonomia do campo intelectual é sempre relativa – mesmo aqueles intelectuais que procuram se distanciar dos problemas mundanos e das questões políticas, vistos por eles como não relacionados ao trabalho intelectual, inevitavelmente, produziram obras que são parte de uma experiência social mais ampla. Essas obras são, portanto, históricas e, a despeito das intenções de seus autores, suas idéias vivem no terreno material das relações humanas (Bourdieu, 2005).

Observa-se como os escritos de André Pereira Rebouças nos ajudam a ampliar os estudos na História da Educação sobre a ação dos diferentes intelectuais negros, na busca pela emancipação social, não perdendo de vista que esta passava pela questão educacional. Isto se confirma na atuação de André Pinto Rebouças nos quadros de sociedades e associações





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

promotoras da instrução (Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional), assim como no exercício do magistério na Escola Politécnica do Rio de Janeiro (Carvalho, 1988; Pessanha, 2005). Este estudo, em andamento, visa contribuir para aprofundar nossa compreensão sobre projetos de educação e práticas educativas, propostas, implementadas e/ou vencidas, mas que emergiram da ação social e do pensamento de intelectuais negros na sociedade brasileira.

Referências

- AZEVEDO, Elciene. **Orfeu de Carapinha**. Trajetória de Luiz Gama. São Paulo, Campinas, Unicamp, 1999.
- BARROS, Surya. Discutindo a escolarização da população negra em São Paulo entre o final do século XIX e início do século XX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 79-92.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de p. 167-182 Janeiro: Editora FGV, 2005.
- CARVALHO, José Murilo de (org.). **José do Patrocínio**: A Campanha Abolicionista. Rio de Janeiro: FBN, 1996.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende. **O quinto século**. André Rebouças e a construção do Brasil. Rio de Janeiro, REVAN, IUPERJ, 1988.
- CHALHOUB, Sidney (1988). **Visões da Liberdade**. As últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- D'ARAUJO, Orphelinato Gonçalves. Lemmas e contribuições para a abolição da miséria. Petropolis: Tyo. G. Luizinger e Filhos, 1889.
- ELIAS, Norbert. A individualização no processo social. In **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994, p. 102-125.
- FONSECA, Marcus Vinícius. Pretos, pardos, crioulos e cabras nas escolas mineiras do século XIX. In: ROMÃO, Jeruse (Org.). **História da educação do negro e outras histórias**. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: Ministério da Educação, 2005, p. 93-116.
- FONSECA, Marcus Vinícius. **A educação dos negros**: uma nova face do processo de abolição da escravidão no Brasil. Bragança Paulista: Universidade São Francisco, 2002.
- GOMES, Flávio. **Negros e política (1888-1937)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GRINBERG, Keyla. **“O Fiador dos Brasileiros”**: Cidadania, Escravidão e Direito Civil no Tempo de Antonio Pereira Rebouças. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2002.
- LEVI, Giovanni. Usos da biografia. In FERREIRA, Marieta de Moraes e AMADO, Janaína (orgs.) **Usos e abusos da história oral**. Rio de p. 167-182 Janeiro: Editora FGV, 2005, p. 167-182.
- LUZ, I. M. Negros com passos letrados: a ação educativa da Sociedade dos Artistas Mecânicos e Liberais. In: GALVÃO, Ana Maria; MELO, Juliana Ferreira; SOUZA, Maria José; RESENDE, Patricia Capuccio. (orgs.). **História da cultura escrita**: sécs. XIX e XX. Belo Horizonte: Autentica, 2007, v.1, p. 9-37.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

MARTINEZ, Alessandra. **Educar e instruir: a instrução popular na Corte imperial.** (300 fls.) Dissertação de Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997.

MATTOS, Hebe. Raça e cidadania no crepúsculo da modernidade escravista. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. (orgs.) **O Brasil imperial.** Vol. III- 1870-1889. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MATTOS, Hebe. **Escravidão e Cidadania no Brasil Monárquico.** Rio de Janeiro Jorge Zahar, 2000.

MOREL, Marco. **As transformações dos espaços públicos.** Imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840). São Paulo: Hucitec, 2005.

MULLER, Maria Lucia. **A cor da escola.** Cuiabá: EDUFMT, 2007.

NETO, Godofredo de Oliveira. **Cruz e Sousa.** O poeta alforriado. Rio de Janeiro, Garamond, 2010.

OLIVEIRA, Iolanda. A construção histórica e social do racismo e suas repercussões na educação contemporânea. **Cadernos Penseb, 9, Educação e População Negra.** Niterói, Quartet, Editora da UFF, dez. 2007, p. 257-282.

OLIVEIRA, Iolanda; SILVA, Petronilha e PINTO, Regina (Orgs.). **Negro e educação:** identidades, cultura e políticas públicas. São Paulo: Ação Educativa, Anped, 2005.

PESSANHA, Andrea Santos. **Da abolição da escravidão à abolição da miséria.** Rio de Janeiro, Quarte, 2005.

REBOUÇAS, André. **Diário e notas autobiográficas.** Livraria José Olympio Editora, 1938.

REBOUÇAS, André. **Agricultura nacional. Estudos econômicos, propaganda abolicionista e democrática.** Set. de 1874 a set. de 1883. A J, Lamoureux & Co., 2ª Ed., fac-simile. Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, Recife, 1988.

REVEL, Jacques (org.). **Jogos de escalas:** a experiência da micro-análise. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

SCHUELER, Alessandra. **Intelectuais negros, reformas sociais e educação no Rio de Janeiro (1870-1910).** Projeto de pesquisa, Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História Social da Educação, Campo Diversidade, desigualdades sociais e educação, julho de 2011.

SILVA, Adriana M. Paulo. **Aprender com Perfeição:** Escolarização e construção da Liberdade na Corte na primeira metade do século XIX. Brasília, Plano, 2002.

SILVA, Ana Carolina Feracin da. **De “papa pecúlios” a Tigre da Abolição:** a trajetória de José do Patrocínio nas últimas décadas do século XIX. Tese de Doutorado em História. IFCH/UNICAMP, 2006.

SIRINELLI, François. Os Intelectuais. In: REMOND, René. **Por uma História Política.** 2ª ed. Tradução de Dora Rocha, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003, p. 231-269.

THOMPSON, Edward Palmer. **O termo ausente:** experiência. In: _____. A miséria da teoria ou um planetário de erros. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1981, p. 180-200.

VEIGA, Cynthia. Crianças negras e mestiças no processo de institucionalização da instrução elementar, Minas Gerais, século XIX. **Anais do III Congresso da Sociedade Brasileira de História da Educação,** 2004, CD-ROM.

VIDAL, Diana e SOUZA, Caroline. As idades e as cores da infância na escola pública primária oitocentista na cidade de São Paulo. **Anais do IV Congresso Brasileiro de História da Educação,** Sociedade Brasileira de História da Educação, 2006, CD-ROM.

